

A Sucessão Presidencial

Febus Gikovate

A Convenção Nacional do Partido, realizada em 15 e 16 de agosto, decidiu adiar a solução do problema da sucessão presidencial para data mais oportuna. Pouco antes o Diretório Regional de São Paulo, em sua primeira reunião ordinária, aprovava um documento em que dizia, entre outras coisas:

“Considerando que a função precípua do Partido é lutar pela divulgação do programa socialista e exercer proselitismo visando a conquista do poder por meios democráticos;

O Diretório Regional do Partido Socialista, reunido a 2.7.59, declara que:

- 1 - A sucessão presidencial é para os socialistas um problema tático e não programático ou ideológico;
- 2 - Excluindo a hipótese de candidato próprio, as candidaturas outras são, via de regra, apoiadas por forças políticas heterogêneas, formando ao lado de forças democráticas e nacionalistas, outras nitidamente reacionárias e ligadas ao capital imperialista”.

As duas atitudes, a do Diretório Regional e a da Convenção Nacional, são, sem dúvida alguma, concordes. O que a primeira afirma de maneira explícita, a segunda confirma de maneira implícita. Essa concordância não é ocasional, nem aparente. Veio provar que os pronunciamentos prematuros, feitos aqui e acolá, a favor deste ou daquele candidato, não conseguiram abalar a decisão do Partido de examinar o problema no momento oportuno e dar-lhe solução adequada, na certeza de que qualquer que seja não afetará a unidade e os postulados básicos do Partido.

A nota do D. R. de São Paulo tocou em algumas questões fundamentais. Afirmou que a escolha do candidato do Partido à presidência da república é apenas uma questão tática. Trata-se, sem dúvida, de uma verdade, nas condições atuais. As forças políticas não estão divididas em campos ideológicos nítidos. Continuam enquadrados nos atuais partidos políticos aglomerados heterogêneos de interesses regionais ou de grupo, de um lado e de tendências ideológicas de outro, ou simples legendas atrás das quais se abrigam os interesses pessoais e aventureiros de seus “donos”. Não é de estranhar pois, que o mesmo partido tenha fisionomia diversa em regiões diferentes e que conte em seu seio elementos “entreguistas” e “nacionalistas”. A crise econômica, agravada pelo desenvolvimento desordenado do país e pelo atraso do campo, e a crise política que, como sempre, se aprofunda nas vésperas das campanhas de sucessão presidencial, ainda não foram capazes de romper a estrutura política atual, premissa indispensável para a reorganização das forças políticas em bases mais consentaneas com os verdadeiros interesses das diferentes classes.

Ao lado do antagonismo artificial e aparente dos atuais mascararam a luta dos diferentes partidos políticos, que apenas grupos econômicos pelo controle do poder central, surgem duas outras coligações que não encontraram ainda expressão política adequada. O antagonismo entre o Norte, cada vez mais subdesenvolvido e o Sul em vias de desenvolvimento

começa a tomar formas políticas ainda imprecisas na atuação dos governadores dos estados nordestinos e na candidatura Juracy Magalhães. De outro lado vemos ressurgir o espírito de “outubro” e “novembro” principalmente no seio das forças armadas, e a ameaça de submergir as candidaturas Janio e Lott em uma atmosfera de odios pessoais e dispostivos militares.

Esta confusão política resulta sem dúvida alguma da crise e da confusão econômica, causadas pelo processo de desenvolvimento irregular, desigual, não planejado efetuado quase sempre em função de interesses imediatos destes ou daqueles grupos econômicos ligados mais ou menos estreitamente a capitais estrangeiros. Cabe ao Partido Socialista, antes de se pronunciar a favor desta ou daquela candidatura, ou antes de repudiá-las todas e lançar candidato próprio, ou abster-se de participar das eleições presidenciais, denunciar aos trabalhadores e ao povo as causas reais da crise que atravessamos, apontar as verdadeiras soluções para o impasse a que chegamos e tentar agrupar em torno de um programa mínimo objetivo as forças políticas interessadas em soluções para o país como um todo e não para grupos regionais ou locais, atualmente dispersas nos numerosos partidos políticos existentes ou fora dos quadros políticos atuais. Trata-se de fazer uma denúncia e um apelo cujos resultados não se farão esperar.

Nós, socialistas, denunciemos o regime atual em que o poder político continua concentrado nas mãos dos latifundiários e capitalistas ligados ao imperialismo, como incapaz de assegurar o desenvolvimento de nosso país no sentido de melhorar as condições de vida das populações. As atuais classes dominantes, detentoras do poder, são incapazes de uma luta efetiva e permanente contra o capital estrangeiro ao qual estão associados. São incapazes de planejar o desenvolvimento da indústria em virtude de seus interesses de grupo. São incapazes de ampliar e intensificar o papel dirigente do Estado na economia, adeptos que são do regime da livre iniciativa, por si e por seus socios estrangeiros. São incapazes de efetuar uma reforma agrária, tipo Venezuela, Cuba ou outra, indispensável ao aumento do rendimento do trabalho agrícola e consequente barateamento dos gêneros alimentícios, donos que são dos latifúndios e dos escassos créditos destinados à agricultura. Quando muito, sob a pressão constante e permanente das massas populares e de pequenos grupos ideológicos, fazem concessões parciais e transitórias, tais como a Petrobrás, a Eletrobrás as recentes medidas para o restabelecimento das relações comerciais com todos os países, etc. Essas concessões parciais, deformadas por um burocratismo dispendioso, parcialmente neutralizadas por manobras do tipo da entrega da petroquímica a capitais privados e da entrega da energia elétrica produzida pelas usinas públicas à Light e congêneres, vivem sob ameaça permanente dos agentes indígenas do imperialismo. Além disso, essas medidas isoladas não foram suficientes para conjurar a crise econômica que se vai agravando rapidamente. Para contradizer os cegos de nascerem e aqueles que não querem ver, aí estão a inflação desenfreada, as dificuldades cambiais permanentes, a falta de gêneros alimentícios de primeira necessidade — feijão, carne, etc.

O desenvolvimento anárquico da indústria e a falta de um planejamento adequado, fazem com que novas dificuldades surjam como decorrência do próprio processo. A hipertrofia da indústria automobilística, já ameaçada pelo aspecto da super-produção, nos obriga a importar chapas de aço, devido ao atraso da indústria siderúrgica. O aço importado vai encarecer produtos como a enxada e o carrinho de mão, ainda instrumentos básicos de nossa atividade e, conseqüentemente, os produtos de primeira necessidade.

Em resumo, o trabalhador da cidade e do campo, estrangulado pela inflação, está pagando um preço excessivamente caro pelo nosso desenvolvimento industrial, anárquico e desordenado ameaçado de estagnação e colapso em mais de um setor, preço este que é carregado em grande parte para os bolsos dos capitalistas estrangeiros. O processo de desenvolvimento nas bases em que está sendo realizado levará as massas trabalhadoras ao desespero e a nossa economia a uma crise sem precedentes.

A fim de conjurar essas ameaças é indispensável mudar as linhas mestras de nosso processo de desenvolvimento. É indispensável planejá-lo, na cidade e nos campos, visando um desenvolvimento harmonico da indústria e da agricultura e das diversas regiões em que se acentua cada vez mais a desigualdade. O paralelismo entre o desenvolvimento industrial e o da agricultura não pode ser obtido sem uma reforma agrária radical. A reforma agrária, ressaltadas as particularidades regionais, deve ter por meta a abolição do latifúndio improdutivo, o acesso à propriedade da terra à aqueles que nela trabalham, assistência técnica e financeira efetiva e a implantação do cooperativismo. Esta reforma agrária só poderá ser realizada na base da expropriação das terras improdutivas, com ou sem indenização. O desenvolvimento da indústria, em bases diferentes das atuais, pressupõe a intervenção mais ampla e mais direta do Estado na economia e a subordinação da livre iniciativa aos interesses do país. A nacionalização das indústrias básicas deverá ser ampliada progressivamente. Deverão ser elaborados planos de conjunto para o desenvolvimento da indústria de transformação, cabendo ao Estado, através de uma política de créditos, ditar a localização, a qualidade e a quantidade da produção. A nossa política em relação à participação de capitais estrangeiros deverá ser revista radicalmente. A participação realmente útil só é possível através de empréstimos, a longo prazo e juros baixos. As outras formas de participação deverão ser rigorosamente disciplinadas com o duplo objetivo de enquadrá-las no plano geral de desenvolvimento e de impedir a expoliação de nossa economia através da remessa liberal de “royalties”, dividendos, lucros etc.

É claro que não dispomos ainda de instrumentos políticos adequados para a realização desse plano. Os atuais partidos políticos, dada a sua heterogeneidade, só podem realizar uma política destinada a manter o atual “status quo”. Quando muito, teremos concessões maiores ou menores aos interesses dos capitais estrangeiros, aos latifundiários, e a estes ou aqueles grupos econômicos nacionais. Os elementos capazes de por em prática uma política radical-

Continua ao lado

A Volta da “FOLHA SOCIALISTA”

Depois de muito tempo de interrupção, voltamos a editar a Folha Socialista, órgão da Comissão Executiva Estadual do Partido Socialista Brasileiro em São Paulo. A reedição da “Folha” é um dos pontos do programa de atividades que a atual Comissão Executiva pretende levar à prática. E esperamos executar esta tarefa com êxito, contando, para isso, com a cooperação de todos os socialistas, mesmo dos que estejam fóra do Partido.

Um Partido de esquerda não pode deixar de ter um órgão de imprensa que lhe sirva de instrumento de divulgação de posições políticas e ideológicas. Todo movimento socialista é, necessariamente, um movimento de reforma, que visa conquistar a adesão das massas populares para posições diversas daquelas dominantes na sociedade. Tem de ser, portanto, antes de tudo, um movimento de difusão de idéias e, por isso, necessita, mais que qualquer outro movimento político, de órgãos de imprensa. Por outro lado, não é possível contar com a boa vontade de chamada “grande imprensa” diária. Num país como o nosso, em que a imprensa e o rádio tendem cada vez mais a se transformar num simples negócio, exigindo inversões de capitais vultosos, é claro que não se pode esperar boa vontade para com as atividades de um movimento socialista. Por isso, tem este de fazer um grande e permanente esforço, no sentido de manter seus próprios órgãos de divulgação, sem o que suas possibilidades de progresso serão sempre precárias.

Por isso mesmo, fazemos um apelo para que todos os socialistas de São Paulo, por cima das divergências políticas que possam separá-los presentemente, em função de posições políticas atuais e de fatos passados, unam seus esforços, no sentido de manter e prestigiar “Folha Socialista”, confiando em que esta desempenhará importante função como órgão de difusão do movimento socialista.

De nossa parte, como redatores responsáveis pelo jornal, procuraremos dar-lhe orientação objetiva e imparcial. Assim, quaisquer opiniões emitidas por colaboradores, ainda que contrárias às nossas pessoais, serão publicadas, desde que se enquadrem nas posições ideológicas e programáticas do Partido Socialista Brasileiro. Entendemos que o debate escrito, em torno de posições divergentes, entre socialistas, é de grande importância e muito salutar. Ele eleva o nível geral dos militantes e contribui poderosamente para o esclarecimento das posições tomadas. Nesse sentido, procuraremos manter, como já se fazia antes, em “Folha Socialista”, uma secção sob o título de “Tribuna de Discussão Socialista”, onde serão livremente aceitas colaborações de discussão das posições políticas do Partido, especialmente com relação aos problemas atuais. Assim, no que diz respeito às posições do Partido quanto ao problema da sucessão presidencial, serão aceitas, nessa secção, colaborações de defesa ou ataque deste ou daquele candidato, já que o Partido Socialista ainda não tomou posição nesta questão. Essa será, mesmo, uma forma de esclarecimento geral, que permitirá uma tomada de posição mais segura, tendo em vista os interesses da classe operária e do povo brasileiro em geral. Os socialistas repelem a forma “monolítica” de organização partidária, na qual um ou alguns chefes autoritários ditam a orientação a ser seguida e as divergências são coibidas como desagregadoras. As divergências, desde que inspiradas no exame sincero dos fatos e na vontade de acertar, dentro da orientação geral dos ideais socialistas, têm que ser aceitas sempre, como úteis ao acerto de uma posição coletiva justa.

Esperamos, portanto, que “Folha Socialista”, mantendo-se firme, de ora em diante, mesmo retratando divergências de posições políticas entre socialistas, seja um grande fator de união para estes.

AUXILIE A IMPRENSA SOCIALISTA

A SUCESSÃO PRESIDENCIAL - (Conclusão)

mente oposta são minoria dos Partidos atuais e continuarão minoria nas coligações que se constituirão eventualmente em face da sucessão presidencial. Assim, nada se pode esperar deste ou daquele grupo que galgar o poder em 1961, no sentido de uma mudança radical.

A crise atual persistirá com tendência para um agravamento cada vez maior. Mais cedo ou mais tarde, assistiremos ao rompimento dos atuais quadros políticos partidários e a formação dos instrumentos adequados para a realização das reformas e do desenvolvimento do país.

O Partido Socialista Brasileiro e o Comitê Consultivo do Secretariado Latino-Americano da Internacional Socialista

A Convenção Nacional do Partido Socialista Brasileiro realizada a 15 e 16 de Agosto de 1959 aprovou por unanimidade uma proposta recomendando à Comissão Executiva Nacional que tome as medidas necessárias para a filiação do Partido ao Comitê Consultivo.

O Secretariado Latino-Americano da Internacional Socialista tem sua sede em Montevideo e é dirigido pelo Companheiro Humberto Maiztegui. Publica um boletim impresso mensal que muito tem contribuído para estabelecer intercâmbio entre os Partidos Socialistas e os Partidos democráticos da América. O Comitê Consultivo é formado por Partidos Socialistas Latino-Americanos, filiados ou não à Internacional Socialista. Com a

filiação do Partido Socialista Brasileiro já se eleva a seis o número de Partidos filiados. Os outros são os Partidos Socialistas do Uruguai, Argentina, Chile, Colombia e Equador.

O Comitê Consultivo já realizou, desde a sua fundação três conferências. A quarta conferência deveria ter sido realizada em 27 de Outubro, em La Paz. Por motivos de força maior foi adiada, devendo nova data ser fixada oportunamente. Estamos certos que o Partido Socialista Brasileiro se fará representar na quarta conferência do Comitê Consultivo e iniciará uma colaboração efetiva com os movimentos socialista e democráticos da América Latina.

Aos leitores do "COMBATE" e Amigos Democratas da América no vigésimo Aniversário de nossa Guerra Civil

Vinte anos após o término da guerra civil espanhola, que apaixonou e dividiu o continente americano de língua castelhana, a Espanha ainda não conhece a paz social, liberdade e justiça. Dos nossos centros de trabalho, das nossas universidades e dos nossos cárceres, levanta-se um clamor angustioso que lembra ao mundo civilizado que no ocidente existe, em 1959, uma cortina de ferro, farsaicamente encoberta por velhos tapetes com escudo e paramentos de altar, atrás da qual novas gerações espanholas continuam privadas da dignidade de cidadãos e das liberdades mais sagradas, violentamente arrancadas a seus pais.

A este clamor, que pede anistia política, paz civil, garantias democráticas, reconstrução espiritual, cultural, educativa, científica, técnica; europeísmo; redenção do campo, liberdade sindical, misturam-se as vozes dos homens maduros que sofreram, e conhecem as razões terríveis do drama ainda vigente, a vozes jovens, alheias à guerra, incapazes de compreender a razão pela qual, decorridos quatro lustros, nossa pátria continua a ser "uma ilha na corrente da história", no dizer de um jornalista americano, uma exceção arcaica à margem da Europa moderna, camuflada aqui e ali por grosseiras pinceladas de luxo ostentoso, de grandeza artificial e de terreno, longe da realidade popular.

Jovens e velhos se perguntam, em 1959, em tons distintos mas com a mesma estranheza, por que razão as democracias ocidentais, os Estados Unidos, os cristãos do mundo inteiro, o Vaticano, ao apoiar por ação ou omissão o regime de Franco, tão nesciamente dão um argumento decisivo aos inimigos da liberdade e da paz, de todas as latitudes e de todas as tendências.

Os democratas sinceros da Espanha sabem, como nossos amigos do exterior que — como revelaram e explicaram recentemente os mais agudos observadores políticos ocidentais, desde Czulberger, editorialista do New York Times (12-11-59), até nosso grande historiador Salvador de Madariaga, no mesmo periódico (27-11-59) — o prolongamento da ditadura de Franco está favorecendo notavelmente, dentro da estratégia soviética, o desenvolvimento do estalinismo na Espanha, porque são precisamente os estalinistas — que trabalham melhor do que ninguém na clandestinidade e que não necessitam para se desenvolver, como os democratas, da livre discussão das idéias e dos programas — que menos pressa têm do fim da ditadura. Alguns proclamam publicamente que para eles seriam utilíssimos outros cinco anos de luta clandestina, na qual foram eliminados ou bastante retardados seus principais competidores.

Para as gerações que agora atingem a maioridade, sem conhecer a democracia e suas modalidades, a resultante da sua formação essencialmente totalitária e de sua oposição sincera à realidade presente do franquismo, só pode ser adesão ao movimento totalitário de si-

nal oposto, o estalinismo. Não só entre eles mas entre espanhóis de todas as idades, origens e condições, a apresentação da alternativa "Franco ou comunismo", hoje intensificada simultaneamente, tanto pelo Caudilho como defesa desesperada contra a oposição crescente, como pelos estalinistas, sem que as potências democráticas se façam eco dos esforços angustiosos realizados pelo grupo de democratas autênticos — socialistas, democratas cristãos, sindicalistas confederais — que se debatem na trágica tenaz, pode inclinar a muitos, sem formação política, a se integrarem nesse novo "movimento redentor", preferindo suas ameaças futuras, para eles talvez hipotéticas e desconhecidas, ao presente insuportável, em cujo aperfeiçoamento por "evolução" já ninguém pode crer.

Continua no próximo número

MOVIMENTO SINDICAL

AUMENTOS SALARIAL DOS METALURGICOS

Vêm o sindicato dos metalúrgicos, em São Paulo, sob a presidência eficiente de nosso Companheiro, Sr. Remo Forli, de conseguir, após ingremes lutas com a classe patronal, um aumento de 35% sobre os salários da data do processo do TRT SP-132/58-A, que se não cobre "in Totum" a percentagem do aumento do custo de vida (42%, segundo a Divisão de Estatísticas do Sindicato em pauta e, que segundo suas próprias previsões atingirá, até o fim do corrente ano a 48%), representa, mesmo assim uma vitória briosa da classe operária metalúrgica.

E' mister, entretanto, que se diga, que isso reflete um trabalho bem orientado e proficuo encetado pelo sindicato, junto aos seus afiliados por intermédio de delegados especialmente nomeados em cada empresa, os quais a par de procurarem esclarecer aos seus companheiros os passos firmes e irrecuáveis

de seu Órgão de Classe, incutiam-lhe o espírito de luta e de ordem para cerrarem fileiras junto ao referido Sindicato.

Como não poderia deixar de ser, procuramos ouvir aquele que mais se destacou nessa luta, qual seja o Companheiro Sr. Remo Forli, embora não tenha sido o único, pois um trabalho desses tem que ser necessariamente um trabalho de equipe. Instado aquele companheiro e tecer considerações sobre a campanha encetada, ora finda condignamente, dissemos entre outras coisas, que pela primeira vez na luta do Sindicato e favor de aumento salarial aos seus afiliados, foi reivindicado dos patrões aumento baseado em dados estatísticos, colhidos durante o período de um ano, pelo próprio sindicato, os quais não puderam ser contestados pelos patrões.

Por outro lado, solicitado a ratificar a notícia de que caso

não viessem a ser atendidos em suas reivindicações, entrariam em greve, afirmou nosso entrevistado sem pestanejar que "...a greve era mesmo para valer."

Conclui-se pelo exposto, que nossos sindicatos fortalecidos e respeitáveis condignamente, conseguirão se tornar de fato poderosos organismos de defesa dos interesses econômicos dos trabalhadores, libertando-se do peleguismo e influências políticas, que tanto tem comprometido o movimento sindical brasileiro.

Wladimir dos Santos



Da esquerda para a direita, sentados, sr. Roberto Gusmão - Delegado Regional do Trabalho, sr. Luiz Tarconi, prof. Albertino Rosa rio Rodrigues - orientador do Dep. Intersindical de Estatística, e o combativo companheiro Romulo Forli - presidente do Sindicato, quando em reunião debatiam as condições do aumento.

NOTINHAS POLITICAS

O senador Otavio Mangabeira, em discurso proferido há dias, manifestou-se desanimado com a situação do Brasil atual, com o empobrecimento do povo brasileiro, contrastando com o luxo nababesco de um grupo reduzido. Disse que se dependesse dele apertar um botão para mudar toda essa situação ele o faria sem hesitar. Bravos ao velho tribuno baiano. É um exemplo de energia e sinceridade, que serve a muitos moços que se metem em política procurando caçar posições e vantagens. Todos nós sentimos que é preciso "apertar o botão" e mudar tudo que aí está, que está ruim, ruim de fato. Mas o problema é onde achar o botão para apertar e em que sentido. Se fôr só para trocar de homens, não adianta nada. O Brasil precisa mesmo é de uma limpeza geral, não só nos homens que têm mantido o poder nas mãos, mas também na estrutura jurídica, econômica, social. E uma das grandes desgraças nossas é a da falta de uma elite política capaz de executar as imensas tarefas reformistas que o país exige. Não vemos essa elite aparecer nem nos atuais partidos políticos, nem nas forças armadas, nem entre intelectuais ou organizações de classe. Todo o mundo está cuidando de arrumar posiçõesinhas para si, sua família, seu grupo, satisfazer vaidadesinhas ou ambições grandes e pequenas. Inclusive nas forças armadas. Tudo ruim, mesmo. Mas vamos confiar no futuro, que gente boa há de aparecer nesta terra, que sempre foi fértil nessa produção. E o velho tribuno baiano é, ele, mesmo, um exemplo de que há gente boa por aí.

A tempestade desencadeada pelo deputado Paulo Mincarone, com o escândalo do porta-vozes "Minas Gerais" parece que amainou. Daqui há pouco esse escândalo será esquecido, como um dos tantos desta República. Mas este parece que

foi mesmo dos grandes, daqueles de fazer periclitado um regime. Bravos ao deputado gaúcho. A sua denúncia serviu, pelo menos, para mostrar que o regime democrático, com todas as suas deficiências atuais, em nosso país, ainda funciona. Se estivessemos em uma ditadura, este e outros escândalos, talvez maiores, não chegariam até mesmo aos ouvidos do povo. Serviu também para chamar a atenção para o absurdo, a monstruosidade das despesas militares feitas num país pobre como o nosso, onde há gente morrendo de fome, onde dois terços do território ainda estão no mesmo estado de há quinhentos anos atrás, quando Pedro Álvares Cabral veio ter a estas paragens.

O Governador Carvalho Pinto, com todo o seu feitiço de conservador, daqueles que porfiam na ostentação das "velhas tradições" de gente honesta, não deixa de seguir os métodos velhacos dos governos anteriores, quando se trata de corromper deputados para deles arrancar aprovação de projetos na Assembléia Legislativa. Assim é que, para conseguir aprovação do Plano de Ação, sem emendas, como queria o Governo, resolveu dar a cada deputado uma verba de Cr\$. 3.800.000,00, no orçamento do ano que vem, para ser distribuída da forma que aprouver ao deputado. É uma repetição da famosa "verba pessoal", que tem sido combatida pelo Partido Socialista Brasileiro, porque é profundamente imoral. E, agora, a verba vai ser distribuída muito aumentada. Sabe-se de deputados que distribuem tais verbas para entidades particulares sem qualquer utilidade social, algumas até mesmo de existência um tanto duvidosa. É uma forma de corrupção do Poder Legislativo estimulada pelo sr. Governador. Dirá este: não há outro jeito de conseguir a aprovação de projetos... E, como não há outro jeito, colabora-se na corrup-

ção. E viva o oportunismo, que tudo desculpa hoje, até as maiores safadezas com tais palavras. Não há outro jeito...

O general Ururahy, presidente da COFAP, julgou-se armado de toda a autoridade que lhe dera o Presidente da República, para resolver a crise da carne, que está se tornando dramática. Ante a resistência dos frigoríficos e marchantes às medidas determinadas pela COFAP, traçou logo um plano enérgico, como deve ser o de um militar: intervenção nos frigoríficos. Bobagem. O sr. Juscelino não é de briga com essa gente. Uma pressõesinha e pronto, lá foi o general bem intencionado demitido sumariamente e nomeado outro presidente para a COFAP, um homem "jeitoso", que tratou logo de ajeitar com os frigoríficos e marchantes um aumento substancial de preços. Também, se o sr. Juscelino quizesse bancar o firme, prestigiando o general e sua intervenção, provavelmente não adiantaria nada. Os frigoríficos e marchantes iriam logo ao Judiciário, com mandados de segurança, que seriam deferidos, em nome dos sagra-dos direitos da propriedade privada, assegurados na Constituição desta República. O general demitido endereçou ao Governo um ofício que honra este militar, pois mostra que ele sente bem a crise que estamos atravessando e a precariedade das medidas encenadas por este Governo, um Governo força moral e política para resistir a grupos econômicos nacionais e estrangeiros. Não há dúvida nisso tudo que o sr. Juscelino safu mal na história da "intervenção" frustrada. Muito mal mesmo.

Bombas na COFAP. Alarme no Rio de Janeiro. Movimentação de Polícia. Reunião de generais. Onda de inquietação: os terroristas estão preparando novos atentados. O deputado Nestor Duarte denunciou na Câmara: "Isso é provocação organizada pelo Governo, que está querendo criar um clima de anormalidade para prejudicar o próximo pleito presidencial". Estamos de acôrdo, mais ou menos com o ilustre líder da oposição. Acharmos que isso não é coisa organizada pelo Governo, propriamente. O sr. Juscelino parece que não é homem de topar essas coisas, que não estão na sua "linha" de amável político conservador. Mas que deve andar gente do governo federal metida nessa história de bombas, lá isso deve. Porque os atentados terroristas e o conseqüente clima de inquietação só pode favorecer determinados círculos situacionistas, que se vêm ameaçados de derrota nas próximas eleições presidenciais e perda de posições que vêm ocupando há muito tempo. Atentados terroristas, no Brasil, que não tem nenhuma tradição nesse gênero, só mesmo coisa organizada, com objetivo político definido. Porisso, a coisa cheira mesmo a provocação organizada por alguém do situacionismo que está apavorado com a possibilidade de perda de posições e quer fazer uma mexida qualquer, para ver se sai um golpe, um contragolpe, qualquer coisa de anormal, onde talvez sobre a continuação de muita gente nas atuais posições. Porisso mesmo, olho vivo, nada de a gente se deixar iludir com as bombas que estouraram e outras que poderão vir por aí.

COLABORE NO FORTALECIMENTO DO SOCIALISMO BRASILEIRO AJUDANDO "FOLHA SOCIALISTA".

CONGO BELGA:

ATITUDE DOS SOCIALISTAS BELGAS

Léo Collard Presidente do Partido Socialista Belga.

A declaração adotada pelo Bureau do Partido a 3 de setembro é clara.

Desde os acontecimentos que tiveram lugar em Léopoldville e a declaração do Governo a 13 de janeiro último, o problema do Congo tem sido desmoralizado. As responsabilidades são óbvias.

O ministro demissionário, M. Van Hemelrijck, teve sua parte na matéria, Victor Larock o predisse quando declarou no Parlamento: "Não nos desagrada que o ministro seja jogador, mas tememos que ele não mais possa controlar seu jogo." Mas a responsabilidade mais séria será encontrada mais além.

Deve ser dito claramente. Há pressão de grupos cujos interesses individuais são contrários ao interesse geral dos povos da Bélgica e do Congo. Essas forças, que nós conhecemos tem seus homens, que nós também conhecemos, dentro e fora do governo.

Imediatamente depois de 13 de janeiro, por todos os meios ao seu dispor, no Congo e na Bélgica, eles desenvolveram resistência tenaz e sabotagem. Usando, como parece ter feito, sobre esse assunto, a palavra manobras "criminosas", M. Van Hemelrijck empregou a palavra exata.

Onde estamos agora? A vantagem moral da declaração de 13 de janeiro está seriamente comprometida, senão comple-

tamente desmoralizada. O povo do Congo perdeu a confiança. Que valor poderão ter eleições realizadas nessas condições?

Devemos, a todo custo, corrigir a situação e restaurar a atmosfera de harmonia e boa vontade. Para isso é necessário reconsiderar o programa inicial, pondo fim imediato a uma série de medidas que são tão inadequadas quanto injustificáveis, para dar ao povo congolês certeza de que sinceramente desejamos levá-lo à independência.

Foi precisamente neste momento que o conflito de interesses e as divergências de opinião, que sabemos terem se desencadeado na intimidade do Gabinete, repentinamente foram trazidos a luz. Conhecemos o desfecho. Mas a demissão de M. Van Hemelrijck nada resolve.

O Parlamento aprovou a declaração de 13 de janeiro. O governo foi encarregado de executar a tarefa e falhou. O ministro responsável deixou a pasta.

Qual será agora a política do governo? Não completará ou exorbitará a tarefa imposta pelo documento de janeiro?

que nada foi alterado e que a mesma política será executada. Quem poderá afirmar que a declaração não foi ultrapassada pela evolução irreversível dos acontecimentos no decurso dos últimos meses, das últimas semanas? E que a política do Congo não tem necessidade de revisão?

E' por isso que a voz do Parlamento deve ser ouvida; o assunto é urgente.

A 13 de janeiro nós, os socialistas, confiávamos na declaração do governo porque nos parecia ser a expressão prática do desejo solene da Bélgica de levar o Congo à independência.

Desde então o governo nunca nos consultou. Suas divisões, suas evasões, sua impotência, levaram à presente situação pela qual ele é o único responsável.

Desta responsabilidade ele deve contas ao Parlamento. E é o Parlamento que deve definir a política para o Congo que a Bélgica está decidida a seguir.

A posição socialista deve ser ouvida sobre o assunto. O primeiro ministro nele deve pensar detidamente. E não tem muito tempo a perder.

Sede do Partido Socialista Brasileiro em São Paulo:

Praça Carlos Gomes, 109 - Fones 33-9784 e 36-7825

General

MIGUEL COSTA

Faleceu em Setembro último, nesta Capital, aos setenta e dois anos de idade, o general Miguel Costa. Teve uma morte digna de sua vida de grande lutador do povo brasileiro. Quando falava em um programa de televisão, sobre a revolução de julho de 1924, de que ele foi um dos chefes, foi acometido de mal súbito, tendo apenas tempo de despedir-se do povo, através das câmaras de televisão, caindo, em seguida, fulminado por ataque cardíaco. Miguel Costa, caiu, portanto, em um pósto de combate, lutando por suas idéias, como sempre lutou, em toda a sua longa vida de soldado e político.

A maior glória de Miguel Costa foi a de ter chefiado a famosa Coluna Prestes, que foi o maior exemplo de combatividade revolucionária e dedicação aos interesses do povo ocorrido no Brasil e talvez no mundo todo. Na marcha da Coluna, através do Brasil inteiro, Miguel Costa, como seu comandante que era, sempre esteve à frente dos revolucionários e em certa ocasião foi gravemente ferido, tendo escapado da morte em muitas outras ocasiões.

Foi um dos chefes da revolução de 1930. mas, quando vitoriosa esta, o governo que se instalou, chefiado pelo snr. Getulio Vargas, se afastou dos ideais revolucionários, rompeu com esse mesmo governo, passando à oposição. Posterior-

mente ingressou para a Aliança Nacional Libertadora, sendo o seu chefe em São Paulo, o que lhe valeu a prisão, com a onda de reação que se desencadeou depois de 27 de novembro de 1935.

Quando caiu a ditadura e se reorganizaram os partidos políticos, Miguel Costa logo tomou posição, sendo um dos fundadores da Esquerda Democrática, que depois se transformou no Partido Socialista Brasileiro e seu primeiro presidente em São Paulo. Posteriormente, embora afastado do Partido Socialista Brasileiro, já idoso e doente, Miguel Costa não deixou de participar de todos os movimentos políticos de âmbito nacional, defendendo sempre idéias socialistas e de libertação nacional do Brasil.

Nêste primeiro número da reedição de "Folha Socialista" não podemos deixar de prestar, portanto, uma comovida homenagem a esta grande figura do proletariado e do povo brasileiro. Que o seu grande exemplo permaneça na memória de todos, como estímulo às novas gerações de lutadores.

AUXILIE

A IMPRENSA

SOCIALISTA

Revoluções Brasileiras

Revolução de 30, uma Revolução frustrada

Parece que as referências à revolução de 1930 estão na ordem do dia. Em vários discursos e manifestações públicas se têm feito referências àquele movimento. Muitos políticos, de diversos partidos, opinam que a situação do Brasil é semelhante àquela que precedeu a revolução vitoriosa de outubro de 1930.

Entendemos, realmente, que o estudo da revolução de 1930 está na ordem do dia, merecendo a atenção de todos os militantes políticos, especialmente dos agrupamentos de esquerda. Isso porque, a nosso ver, embora a situação, objetivamente, não seja a mesma de 1930, os fatores de instabilidade e descontentamento geral são muito semelhantes aos da situação que precedeu aquela revolução. O poder político hoje está sendo exercido por uma oligarquia divorciada das necessidades objetivas da nação, minada pela incapacidade, pelo burocratismo, pela corrupção. A crise econômica, como antes de 1930, se acentua, de forma dramática embora resultante de causas diversas, e a estrutura jurídica do regime estala sob a pressão dessa crise, sem que a elite política dominante seja capaz de apresentar soluções legais e a curto prazo. Por isso mesmo muita gente começa a cogitar de "soluções extra-legais" e há uma certa fermentação no seio das classes armadas. Daí a importância que apresenta, para nós a revolução de 1930, o exame dos seus resultados positivos e negativos, seu significado real e aparente.

A revolução de 1930 foi, sem dúvida, o acontecimento político mais importante, no Brasil, desde a proclamação da República. Mas, da mesma forma que o movimento de 89, não foi além de uma reforma de superfície, na organização política e jurídica do país, sem atingir a estrutura econômica e social. Esta permaneceu inalterada, com todos os seus vícios e anacronismos, com os monstros sagrados do liberalismo econômico, o Código Civil e o Código Comercial, a presidir as relações da nossa sociedade, sob o olhar vigilante de um judiciário intocável em seu conservadorismo crônico. Quem examinar a legislação que se seguiu à vitória dos revolucionários de 30, irá achá-la de uma pobreza e superficialidade de causar dó. E a exten-

são da reforma produzida em qualquer movimento "revolucionário" tem de ser vista sempre pelas leis imediatamente postas em vigor pelo movimento vitorioso. Note-se, ademais, que o Governo Provisório que se instalou com a vitória de outubro de 1930, tinha poderes discricionários e conservou tais poderes por muito tempo, praticamente até 1934, achando-se armado moral e politicamente, por forte apoio popular, pelo que poderia ter realizado grandes reformas. Em outros termos, a revolução de 1930 foi uma revolução frustrada, que, formalmente vitoriosa, falhou em seu conteúdo, e em sua finalidade real.

A causa principal da revolução de 1930 foi a grande crise do café de 1929. Os grandes fazendeiros opulentos que então contuíam o grupo político dominante, viram-se, de repente, empobrecidos, sem base econômica para o exercício do poder. A crise provocou brusco rebaixamento do nível econômico, desemprego, paralização de negócios, um malestar geral. O empobrecimento dos fazendeiros do café fez projetar, em São Paulo e outros centros do país, a burguesia urbana, industrial e banqueira. Grupos políticos oligárquicos de outros Estados, especialmente do nordeste, e o Rio Grande do Sul, enciumados com o domínio do grupo de fazendeiros paulistas também exigiam uma "mudança". O descontentamento generalizado se refletia nas forças armadas, criando um ambiente de conspiração para a derrubada violenta do governo federal. O pretexto para o desencadeamento da revolução foi a vitória do candidato Julio Prestes, representante da velha oligarquia paulista, nas eleições presidenciais de 1930. Acusou-se o resultado das eleições de fraudulento lançou-se, como palavra de ordem, a reforma eleitoral com a instauração do voto secreto e o saneamento do poder público. E com isso desencadeou-se a revolução, executada por militares que não estavam ligados a interesses de quaisquer grupos das classes dominantes e queriam, realmente, uma "reforma" do Brasil, no sentido de tirá-lo da pobreza, do atraso econômico, do predomínio das oligarquias políticas de "coroneis e seus capangas. Mas, na ausência de uma elite política

consciente e firmemente organizada, esses militares, a maior parte deles idealistas sinceros, entregou o comando político da revolução a grupos dissidentes das velhas oligarquias. E o resultado foi a frustração da revolução em seus objetivos, a mediocridade da "reforma" realizada. Esta reforma, na realidade, não foi além de uma substituição de oligarquias no poder. O grupo representativo dos fazendeiros paulistas foi aliado do poder, mas em seu lugar instalou-se um grupo de oportunistas do poder que foi rapidamente envolvido pelos grupos banqueiros e industriais de Minas e São Paulo e por grupos oligárquicos do R. Gde. do Sul e do Nordeste. As forças "revolucionárias", que desejavam realmente uma reforma de base no país, ficaram sendo representadas pelo movimento "tenentista", que foi perdendo todas as posições conquistadas em 1930, desagregando-se, por falta de consistência programática e ideológica. Desse movimento "tenentista" um movimento típico de classe média intelectualizada, uma parte marcharia, mais tarde, para a direita, dando origem ao integralismo e outras tentativas de articulação fascista, e outra parte marcharia para a esquerda, dando origem à Aliança Nacional Libertadora, sob a direção do Partido Comunista, esfacelando-se na estúpida tentativa de golpe de novembro de 1935.

O sentido real da revolução de 1930 era, a nosso ver, uma ruptura total com a estrutura jurídica e política do país, que não mais aguentava o nosso desenvolvimento, a superação do estado de "país essencialmente agrícola", dominado por clans oligárquicos, de um poder econômico baseado na propriedade da terra. A nova estrutura jurídica e política deveria ser tal que permitisse um rápido desenvolvimento econômico, sob a direção ao Estado, alterando radicalmente o sistema de propriedade da terra, realizando a unidade nacional, até então inexistente, devido aos conflitos das oligarquias regionais. Isso, sem dúvida, é que estava nas cogitações mais ou menos confusas dos "tenentistas" que foram os executores da revolução. Mas, devido à ausência de um programa definido, do fato de haver sido a revolução coman-

dada por elementos dos grupos dissidentes das velhas oligarquias políticas e outros fatores diversos, aquele sentido do movimento não foi atingido. A revolução ficou parada em reformas superficiais, desmoralizou-se, retrocedeu as velhas oligarquias políticas, mesmo os grupos aliados do poder, retomaram suas posições sob novas formas. E' por isso mesmo que hoje muitos se referem à revolução de 1930 como uma revolução inacabada, que ainda está por completar. Ou, então, é por isso, que outros pensam em fazer uma nova revolução para fazer aquilo que deixou de ser feito em 30...

Nem tudo, porém, foi negativo na revolução de 1930. Pelo contrário, ela teve grandes resultados positivos. Possibilitou o aparecimento de uma classe operária mais ou menos organizada, que passou a cons-

tituir uma nova força social e política, que hoje tem importância cada vez maior, devido ao desenvolvimento industrial do país. Com o predomínio da burguesia industrial e bancária, desde então, o país começou a ter um certo desenvolvimento econômico, embora desordenado e empírico. Alguns golpes irreversíveis foram desferidos no velho liberalismo econômico consagrado na Constituição de 1891, que largos círculos das classes dominantes procuravam sustentar, como ainda procuram hoje. Mas as reformas básicas que se faziam necessárias não foram realizadas. Elas esperam, ainda, por um outro movimento, que, provavelmente, não será violento, executado por militares, mas pacífico e democrático, através de eleições, na medida em que for se elevando o nível político de nosso povo.

Apóio do Partido Socialista do Uruguai à Revolução Cubana

Por motivo da Conferência de Chanceleres, o Comitê Executivo Nacional do Partido Socialista Uruguai, do mesmo modo que os outros Partidos Socialistas, deu a conhecer o seguinte manifesto, intitulado:

"Com a Revolução Cubana."

Ante a Conferência Panamericana de Chanceleres que se reuniu em Santiago do Chile para estudar a segurança da zona das Caraibas, o Partido Socialista do Uruguai declarou:

1 — Sua solidariedade com a gloriosa revolução cubana, que longe de terminar sua tarefa com a derrocada do tirano Batista, empreendeu uma obra de alcance revolucionário e de projeção continental a serviço das massas populares despojadas.

2 — Sua adesão à reforma agrária que o governo do Dr. Fidel Castro pôs em marcha, como empresa nacional e popular que, prescrevendo o latifúndio, repartindo as terras entre os camponeses e ferindo os interesses dos imperialistas que saqueavam Cuba, abre ca-

minho para a independência econômica, sem a qual a independência política é uma ficção.

3 — Sua condenação às tendências reacionárias que em todo o continente, alentadas pelas forças imperialistas, desencadearem uma campanha de difamações e mentiras tendentes, por um lado a ocultar a verdade do que se passa em Cuba, e por outro, a preparar um clima para uma eventual intervenção que, como no caso da Guatemala em 54 — restitua o Governo aos elementos antipopulares e anti-nacionais, agentes entreguistas, em benefício direto do imperialismo.

4 — Sua advertência ao nosso povo e aos povos irmãos para que estejam alertas frente a esta Conferência de intenções visíveis e para que possam tornar efetiva, se as circunstâncias o exigirem, sua solidariedade inigualável ao governo revolucionário do povo cubano.

Montevideo, Agosto de 1959

Emilio Frugoni
Secretário geral

FOLHA SOCIALISTA

Socialismo e Liberdade

ANO XI

DEZEMBRO DE 1959

N.º 107

Visita do Líder Socialista Iugoslavo

Esteve há dias em São Paulo, no curso de breve visita ao Brasil, o sr. Svetozar Vukmanovic Tempo, presidente da Confederação Nacional dos Sindicatos Iugoslavos e vice-presidente da Aliança Socialista Iugoslava.

Um grupo de socialistas de São Paulo teve oportunidade de palestrar com o ilustre visitante.

O encontro teve lugar em casa do consul iugoslavo em São Paulo, sr. Branko Grubic — encontrando-se presentes também o embaixador da Iugoslávia, sr. Danilo Lekic e funcionários da embaixada iugoslava.

Foi uma reunião extremamente interessante. O sr. Vukmanovic, uma das personalidades de maior projeção no governo e na militância socialista na Iugoslávia, é um homem que impressiona pela firmeza e objetividade de suas idéias, pela ausência de personalismo e vaidades pessoais, por uma formação humanista e democrática admirável. Um autêntico líder socialista dos muitos que provavelmente se forjaram na heróica luta do povo iugoslavo, primeiro para conquistar a liberdade, derrotando os invasores nazi-fascistas, depois para construir um regime socialista independente, autêntico, contando com a hostilidade do mundo capitalista ocidental e ao mesmo tempo do bloco soviético. Colocou ele os socialistas de São Paulo inteiramente à vontade, dispondo-se a discutir divergências e responder a quaisquer perguntas, num ambiente de completa camaradagem.

As perguntas que lhe foram feitas sobre o funcionamento do regime socialista na Iugoslávia, sindicatos, direito de greve e outras questões, o sr. Vukmanovic respondeu prontamente, sem subterfúgios nem evasivas. Fez uma longa exposição sobre o regime de autogestão operária que vigora na Iugoslávia. Como é sabido, esta é a grande experiência do proletariado e do povo iugoslavo, que diferencia bastante o seu regime político e social do regime dominante na União Soviética e nas chamadas "Democracias Populares". Nêstes países a propriedade privada dos meios de produção foi de todo abolida, mas não se chegou ainda ao controle operário sobre os meios de produção.

Os administradores de fábricas, fazendas e demais empresas coletivas são nomeados de cima para baixo, pelos órgãos estatais. O controle democrático dos trabalhadores sobre a direção das empresas não existe senão por vias indiretas e remotas, através daquilo que os órgãos locais do Partido Comunista poderão fazer, em cada caso. Na Iugoslávia procura-se realizar diretamente o ideal da sociedade socialista, preconizada por todos os teóricos, inclusive e especialmente por Marx: a propriedade coletiva direta dos trabalhadores sobre os meios de produção. É o que se chama o regime de autogestão. As direções das fábricas e demais empresas são constituídas por conselhos operários eleitos pelos próprios trabalhadores. Toda a produção é descentralizada, em bases comunitárias, de forma que cada empresa é uma unidade produtiva autônoma. A planificação regional e nacional da

produção é conseguida através de um engenhoso sistema de distribuição da renda de cada empresa e de um sistema de crédito inteiramente aplicado ao desenvolvimento econômico.

O poder político comunal (municipal), exercido por assembleias eleitas, exerce uma grande função nesse sistema. Enfim, a Iugoslávia está realizando, sem grandes violências internas, dentro de um regime de liberdade política bastante aprofundado, a organização socialista da sociedade, na forma idealizada por todos os teóricos do passado e do presente: a propriedade coletiva assegurada através do controle democrático e descentralizado dos trabalhadores sobre os meios de produção.

O sr. Vukmanovic discorreu, ainda sobre o papel dos sindicatos na Iugoslávia, que é um tanto diferente dos países capitalistas. Ali os sindicatos têm um papel ativo na planificação da economia, na educação da massa trabalhadora, no sentido de fazer prevalecer sempre os interesses coletivos da classe operária sobre os interesses individuais ou de grupos de operários. Por exemplo se o conselho operário diretor de uma fábrica, com apoio da maioria dos trabalhadores dessa mesma empresa, resolve distribuir todo o lucro líquido da empresa em gratificações a todos os que ali trabalham, o sindicato pode interferir, através de uma campanha educativa, no sentido de revogar a medida ruínoza para o futuro da empresa e para o país.

Da mesma forma, o sindicato pode promover campanhas no sentido de melhoria de salários ou condições de trabalho em determinada empresa. Enfim, os sindicatos procuram exercer uma função de equilíbrio entre os interesses econômicos coletivos das categorias profissionais e os interesses do desenvolvimento econômico e social do país.

Sobre o direito de greve, informou o sr. Vukmanovic que existem greves, embora raras, porque as condições ali são diversas do sistema capitalista.

No regime de auto-gestão das empresas não há oportunidade para greves senão em casos excepcionais, uma vez que os próprios trabalhadores da empresa podem destituir o conselho diretor, se este se colocar em conflito com os seus interesses e opiniões ou podem recorrer ao Conselho da Comuna, para resolver os conflitos surgidos.

Falou ainda o ilustre líder socialista sobre o caso Djillas, sobre a questão da liberdade de imprensa, níveis de salários, previdência social e outros pontos que foram objeto de perguntas.

Foi, enfim, uma reunião bastante útil, pelos esclarecimentos colhidos pelos socialistas de São Paulo, assim como pelos laços de camaradagem estabelecidos com os militantes socialistas da Iugoslávia, através do ilustre visitante.

Séde do Diretório Nacional do P. S. B.

Av. Rio Branco, 173 - 2.º Pav. - Grupo 203 - Fone 22-4683

RIO DE JANEIRO

COLABORE NO FORTALECIMENTO DO SOCIALISMO BRASILEIRO AJUDANDO "FOLHA SOCIALISTA".

Iniciativa privada e Estatismo

Antônio Costa Corrêa

A questão do conflito iniciativa vs. estatismo assume importância cada vez maior, em nosso país. Em nosso país ela servirá talvez, para caracterizar, melhor que qualquer outra questão política ou econômica, a posição reacionária ou progressista dos candidatos à Presidência da República, na próxima campanha. Isso porque essa questão traduz, na realidade, o conflito entre as necessidades de desenvolvimento objetivo do Brasil e os interesses dos grupos econômicos nacionais e estrangeiros dominantes, que dia a dia vão se colocando em contradição com aquelas necessidades.

Hoje pode-se notar uma espécie de palavra de ordem posta em prática, sob o comando das chamadas "classes produtoras", o sentido de proclamar a "livre iniciativa" como a alavanca mestra do desenvolvimento econômico do Brasil e, ao mesmo tempo, combater energicamente e desmoralizar qualquer intervenção estatal na ordem econômica. O Estado é apontado como "mau administrador", entravado pela corrupção, pelo empreguismo, pela burocracia. Aponta-se o clássico exemplo da Central do Brasil com amostrada da ineficiência estatal. Ao mesmo tempo aponta-se o extraordinário desenvolvimento de certos grupos industriais privados como prova da "eficiência" da iniciativa privada. Os Estados Unidos, campeão do liberalismo econômico, é apontado como o "modelo" a ser seguido. Verdadeiras campanhas publicitárias são organizadas nesse sentido e todos os poderes do Estado, a começar pelo presidente da República, com suas andanças de inaugurações de fábricas e empreendimentos da "iniciativa privada" colaboram eficazmente nessa campanha.

Entretanto, quem quer que tenha vontade de ver as coisas honesta e objetivamente, tendo em vista os interesses do povo brasileiro, há de perceber o bôco sem saída, o atoleiro a que vai sendo levado o Brasil, com o pleno império da famosa iniciativa privada. Como os grupos capitalistas nacionais são fracos, incapazes, imediatistas, não têm capacidade para enfrentar os grupos capitalistas estrangeiros, muito mais experientes, com técnica e recursos muito maiores, e que penetram intensamente no Brasil, graças as "facilidades" concedidas pela nossa legislação e pelos governos da União e dos Estados ao "desenvolvimento industrial privado". Com isso estamos sofrendo uma espécie de colonização econômica. Largos setores da indústria nacional já estão inteiramente controlados por grupos estrangeiros, especialmente norte-americanos: indústria automobilística, indústria farmacêutica, indústria de produtos químicos, de carnes, de conservas e alimentação e outras. As remessas de lucros para o exterior crescem em progressão geométrica. A acumulação capitalista, que é a base do desenvolvimento econômico, está se fazendo, em grande parte, no exterior, servindo para resolver dificuldades de grupos capitalistas em outros países. Mas o nosso país, na medida em que essa acumulação é feita no exterior, vai se empobrecendo, vai tendo seu futuro comprometido, tanto do ponto de vista econômico como político. Nessa marcha, não estará longe o dia em que as classes dominantes brasileiras serão constituídas, predominantemente, por estrangeiros ou testas-de-ferro de grupos capitalistas estrangeiros. E não é difícil imaginar as largas consequências de natureza política, social e cultural que daí resultarão, caminhando o país para um estado de completa desintegração nacional.

A experiência de todos os países subdesenvolvidos, na época atual, está mostrando que somente sob um regime de forte intervenção estatal é possível acelerar o processo de desenvolvimento econômico no sentido de superar o atraso e possibilitar a competição com países desenvolvidos e a aquisição da dispendiosa técnica moderna. Os países da órbita soviética estão provando isso de forma cabal. Quaisquer que sejam as restrições feitas, sob o aspecto político e social, aos regimes dos países do bloco soviético, tais regimes estão demonstrando imensa superioridade,

como processo de desenvolvimento econômico, sobre o chamado "mundo ocidental". A planificação estatal, a concentração de recursos nas mãos do Estado, a eliminação de todo o desperdício de riqueza social, a colocação total do poder político a serviço do desenvolvimento econômico da nação e outras medidas possibilitadas por aqueles regimes, permite uma espantosa aceleração do processo econômico. Mas não é só nos países da órbita soviética que isso se verifica. Na Índia, na República Árabe Unida, em Israel, no Iraque, na Indonésia e outros países, o Estado assume o papel de propulsor do desenvolvimento econômico e o sistema produz largos resultados. Mesmo nos países do bloco ocidental, inclusive nos Estados Unidos, que é apontado pelos nosos tacanhos burgueses como um maravilhoso exemplo das excelências da iniciativa privada, a estatização econômica avança a largos passos como único meio de acelerar ou pelo menos manter o ritmo de desenvolvimento econômico. Assim, por exemplo, o desenvolvimento da energia atômica e todas as suas aplicações industriais, que representam hoje o pináculo da técnica moderna, estão nas mãos do Estado, em todo o mundo ocidental.

A "não intervenção do Estado" na ordem econômica, preconizada pelas nossas chamadas "classes produtoras" (já muito penetrados de interesses estrangeiros), não passa, portanto, de uma baleia, de uma safadeza, de gente que quer manter o Estado afastado dos seus "negócios" para que estes proporcionem lucro fácil e abundante a ser esbanjado enquanto o nosso povo se dana e o país se enterra na estagnação econômica e social. Ou então é um sonho imbecil de alguns conservadores que sonham com a volta a uma sociedade boazinha, de latifundiários decentes, que tinham governantes honestos, com um Estado que não se metia em coisas econômicas, estilo Constituição de 1891. Mas o que há de mais interessante nessa conversa de não intervenção do Estado é que os nossos amigos das "classes produtoras" não dispensam essa mesma intervenção e por ela se batem quando se trata de arranjar financiamentos nos bancos oficiais, tarifas protecionistas, câmbios especiais, leis de proteção deste ou daquele produto "nacional", e outras medidas semelhantes.

O Brasil, como os demais países subdesenvolvidos não poderá superar o seu atraso sem um regime fortemente intervencionista na ordem econômica. Aliás, a realidade aí está, mostrando que somente através do Estado é possível atacar os empreendimentos econômicos fundamentais como sejam a indústria petrolífera (Petrobrás) e a siderurgia (Volta Redonda e Cosipa). Assim deveria ser com a indústria automobilística e a fabricação de máquinas pesadas. Em lugar de o presidente Juscelino prestigiar as fábricas de automóveis estrangeiras que aqui se estabelecem, poderia ter prestigiado e desenvolvido a Fábrica Nacional de Motores, que é

do Estado e teria dado ao país uma indústria automobilística autenticamente nacional. Em lugar das facilidades cambiais para a vinda de grupos estrangeiros com máquinas obsoletas e bugigangas que aqui se transformam em fábricas de lucros a serem remetidos para fora, deveria o Estado se pôr a frente de um plano de desenvolvimento industrial, montando indústrias piloto, nos ramos fundamentais da economia, com técnica moderna e recursos concentrados. Mas isto não convém aos "negócios" da iniciativa privada, e, tanto o Executivo como o Legislativo são expressões fiéis do pensamento dominante entre os homens da nossa iniciativa privada. E ainda, essa história de Estado "fazer" indústria cheia a enxofre, para os nossos timeratos conservadores, evoca a presença do diabo socialista, que os apavora.

O problema de ser ou não o Estado um mau administrador é um problema de educação política. E claro que o Estado fortemente intervencionista que desejamos, como propulsor do desenvolvimento econômico do país, não será o Estado que aí está, corrompido de cima abaixo, paralizado pelo empreguismo, pelo burocratismo, num estado que é a expressão mesma da incapacidade e decadência das nossas classes dominantes. O processo de regeneração democrática, de elevação do nível político das massas populares, acabará por levar ao poder homens decentes e energicos, voltados para os problemas prementes da Nação, não punidos aos interesses de grupos financeiros em lugar desses que temos tido, preocupados com posições de poder pessoal ou de grupos, baseando suas vitórias políticas em máquinas eleitorais corrompidas e nos favores de um Estado paternalista. Porisso mesmo, as nossas classes dominantes não têm mostrado nenhum interesse em regenerar o nosso sistema político, através de legislação eleitoral adequada. Nossos burgueses muito bem representados no Parlamento, temem um regime saneado, que possa gerar um aparelhamento estatal capaz e eficiente, que venha a se meter nos negócios da "iniciativa privada" e soltar por aí o fantasma de um regime socializante.

Aí está, pois, o problema que, a nosso ver, servirá de divisor de águas entre os que querem a continuação disso que aí está — atraso econômico, empobrecimento do povo, corrupção nos órgãos do Poder público e decomposição nacional, favorecendo as orgias de uma meia dúzia de nababos — e aqueles que querem, para o país, ainda que por diferentes caminhos políticos e ideológicos, um desenvolvimento digno da sua expressão geográfica e do seu potencial econômico. E sobre esse problema deverão, a nosso ver, meditar também muitos que se apresentam como "nacionalistas", através de simples fórmulas vagas de combate à penetração estrangeira, preconizando reformas superficiais, sem ousar atacar as raízes lançadas por essa penetração em todo o sistema de "livre iniciativa" hoje vigorante.

Partido Socialista Brasileiro

Comissão Executiva Regional de São Paulo:

Presidente: — Alípio Corrêa Neto.

Vice-Presidente — Cory Porto Fernandes.

Secretário Geral — Febus Gikovate.

Tesoureiro — Nicolino Barbério.

Membros: Irahay Carneiro Faria, Antonio Costa Corrêa, Hozair Motta Marcondes, Herbet H. Mercer e Aristides S. Lobo.

Deputados Federais do P. S. B. por São Paulo:

Luiz Francisco da Silva Carvalho, Ruy Novais, Waldemar Pessoa, José Henrique Turner e Afranio de Oliveira.

Bancada do P. S. B. na Assembléia Legislativa Estadual: — Cid Franco, Eduardo Barnabé, Jetero Faria Cardoso, Henrique Peres e Leônidas Ferreira.

Vereadores eleitos na Capital:

José Molina Junior e José Freitas Nobre.